Progressismo:
a outra face do capitalismo

O capitalismo é, por excelência, o sistema que mais aprendeu a se manter justamente enquanto se transforma. O seu caráter auto-expansivo demanda intensa dinâmica, o que requer também adaptação. Seu dinamismo histórico reside não apenas na inovação técnica, mas principalmente na capacidade de adaptar-se ideologicamente às crises que engendra. A crise e seu caráter auto-expansivo são duas características fundamentais do capitalismo, o que é ressaltado por István Meszáros em seu clássico livro Para Além do Capital. Diante do desgaste de suas formas mais brutais, o capital inventa alternativas. Uma das mais eficientes (e por isso mais perigosa) é o progressismo.

Chamamos aqui de progressismo não uma ideologia homogênea, mas um conjunto de práticas e discursos que, ao reivindicar avanços sociais e direitos civis, mantêm intacta a estrutura de reprodução do capital, sendo útil a tal processo (geração de valor). Trata-se de uma racionalidade política que atua como face gentil do sistema, oferecendo reformas parciais enquanto reforça o controle estrutural da burguesia sobre os meios de produção, o Estado e os aparelhos ideológicos. Tais reformas, no entanto, são cada vez mais superficiais, estando anos luz de distância de prover questões básicas para a sobrevivência material do trabalhador. A crítica ao progressismo, portanto, não é uma negação dos direitos conquistados historicamente, mas um esforço de desmistificação: o que esse modelo político realmente oferece? A quem serve? Quais seus limites históricos, sociais e ideológicos?

Nosso ponto de partida é simples: não existe capitalismo humanizado. Não há forma de governança progressista que escape, em última instância, à lógica da acumulação, da exploração e da dominação. Ou seja, à lógica da morte e do esculacho. O Estado, mesmo sob gestões ditas populares, continua a ser o instrumento por excelência da organização política da ordem burguesa. E é justamente por isso que o progressismo cumpre uma função essencial; ele preserva o sistema pela via da promessa. Esse texto é uma intervenção teórica, política e histórica. Buscamos aqui articular a crítica marxista da forma-Estado à análise da social-democracia e de suas variantes latino-americanas, com especial atenção à experiência brasileira. Retomaremos o clássico debate entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein, analisaremos o papel do SPD na virada reformista do século XX e problematizaremos as formas contemporâneas da política progressista: dos

governos reformistas às organizações não-governamentais, do ativismo institucional às estratégias identitárias que fragmentam a luta de classes.

Interessa-nos compreender por que setores importantes da esquerda seguem apostando no possível dentro do impossível; ou seja, em reformas dentro de uma estrutura que impede sua efetivação plena. E mais: porque a crítica a esse modelo é tão frequentemente acusada de "sectarismo", "purismo" ou "irresponsabilidade política". No fundo, a questão parece ser a interdição da crítica radical e a deslegitimação de qualquer horizonte revolucionário. Denunciar o progressismo não é recusar a luta cotidiana por melhores condições de vida. Ao contrário, é reconhecer que essas lutas não podem encontrar seu fim dentro do próprio sistema que as engendra. Em nome da lucidez e da emancipação, é preciso dizer: o progressismo é a outra face do capitalismo — sua face moral, inclusiva, legalista e domesticadora. E como tal, não nos serve. O Estado moderno, tal como o conhecemos, não é uma invenção abstrata nem uma instituição neutra que paira acima da sociedade. É o resultado histórico de processos materiais que, a partir da dissolução do feudalismo e da ascensão do capitalismo, reorganizaram o poder político de acordo com as necessidades emergentes de uma nova classe dominante: a burguesia.

Nos séculos finais da Idade Média, a Europa assistiu a uma lenta, mas irreversível, decomposição da ordem feudal. A produção mercantil, inicialmente restrita, foi se expandindo a partir das cidades, favorecida pelo renascimento do comércio e pela formação de rotas marítimas globais após as grandes navegações. Essa expansão econômica exigia novas formas de organização política capazes de garantir a circulação de mercadorias, a unificação de territórios e a segurança das relações contratuais. As monarquias absolutistas, que floresceram entre os séculos XV e XVII, cumpriram um papel intermediário nesse processo. Embora ainda ancoradas em estruturas aristocráticas, foram instrumentos para centralizar o poder e criar as condições de um mercado interno unificado. A cobrança regular de impostos, a formação de exércitos permanentes, o fortalecimento da burocracia e a criação de sistemas jurídicos uniformes já indicavam uma ruptura com a descentralização política feudal. Como sublinhou Perry Anderson, o absolutismo foi "o Estado da transição": garantiu à nobreza a preservação de privilégios, mas também abriu espaço para o avanço das forças econômicas burguesas.

A transição decisiva ocorreu com as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII — a Revolução Inglesa (1640–1688), a Revolução Americana (1776) e, sobretudo, a Revolução Francesa (1789). Esses eventos, cada um à sua maneira, destruíram os entraves feudais e instituíram os princípios centrais do Estado burguês: soberania nacional, igualdade jurídica, liberdade individual, propriedade privada e representação política. Não por acaso, esses princípios correspondiam diretamente às necessidades da burguesia enquanto classe proprietária de mercadorias e capital. O "sujeito de direito" (livre e igual perante a lei) era, na verdade, a tradução jurídica do indivíduo proprietário e contratante no mercado.

Ao consolidar o Estado moderno, a burguesia estabeleceu um aparato capaz de garantir de forma estável as condições gerais de acumulação do capital. Isso envolvia:

1. **A unificação territorial** — com fronteiras e leis comuns, assegurando um mercado interno integrado.
2. **O monopólio legítimo da força** — elemento essencial para garantir a ordem social e reprimir rebeliões.
3. **A padronização jurídica** — indispensável para proteger contratos, propriedades e transações comerciais.
4. **A estrutura tributária centralizada** — que permitia ao Estado financiar tanto a administração civil quanto as guerras de expansão comercial e colonial.

No século XIX, com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, o Estado moderno tornou-se inseparável da economia capitalista. A expansão das infraestruturas (ferrovias, portos, telégrafos) exigiu investimentos e coordenação que apenas um poder centralizado podia garantir. Ao mesmo tempo, as lutas operárias (greves, organizações sindicais e revoltas) impuseram à burguesia a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controle social, seja pela repressão direta, seja pela incorporação parcial de demandas populares (como as primeiras legislações trabalhistas).

Marx e Engels, ao analisarem a Comuna de Paris (1871), identificaram com clareza esse papel estrutural do Estado: longe de ser um árbitro neutro, ele é o "comitê executivo da burguesia", que organiza politicamente a dominação e garante a reprodução ampliada do capital. A burocracia, o sistema jurídico, as forças armadas e a polícia são braços dessa função de classe. No século XX, mesmo com a diversificação dos regimes (democracias

parlamentares, ditaduras militares, Estados de bem-estar social), a essência do Estado moderno permaneceu a mesma: assegurar as condições de existência do capitalismo. O Estado de bem-estar foi uma estratégia de preservação do capital diante da ameaça comunista e das crises econômicas, combinando concessões sociais com mecanismos de controle e integração da classe trabalhadora, evitando que a insatisfação se convertesse em ruptura revolucionária. Hoje, no capitalismo globalizado, o Estado moderno mantém-se como estrutura central da burguesia, ainda que em novas condições. Sua função é dupla: internamente, garantir a ordem e a acumulação; externamente, proteger os interesses de suas frações burguesas na competição global, muitas vezes atuando em alianças supranacionais. Mesmo diante de aparências de fragmentação ou perda de poder frente ao capital financeiro internacional, o Estado segue indispensável: é ele que, em última instância, resgata bancos em crise, reprime greves, impõe austeridade e legitima a propriedade privada.

Assim, a trajetória histórica do Estado moderno confirma o diagnóstico marxista: não há Estado acima das classes. Ele nasceu da luta de classes, estruturou-se para atender às necessidades da burguesia e, enquanto essa for a classe dominante, continuará sendo o núcleo organizador da dominação. Sua história é, portanto, inseparável da história do próprio capitalismo, e a sua superação só poderá ocorrer com a superação da ordem social que o sustenta.

Em sua obra fundamental *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, Evgeni Pachukanis demonstrou que a forma jurídica do Estado burguês é inseparável da forma mercadoria. Não se trata apenas de uma coincidência histórica: o sujeito de direito abstrato (livre, proprietário, igual perante a lei) é a transposição política do sujeito econômico que circula no mercado. O Estado moderno se constitui a partir dessa abstração e tem por função garantir as condições gerais para o funcionamento do capitalismo: a propriedade privada, a liberdade contratual, o sistema de crédito, a normatização do trabalho assalariado e, quando necessário, a repressão aos que ameaçam essa ordem.

Ao longo da história do capitalismo, o Estado passou por diferentes regimes: monarquias constitucionais, repúblicas liberais, ditaduras militares, democracias representativas. No entanto, sua essência permaneceu: organizar juridicamente a dominação burguesa. A alternância de governos e partidos (de direita, centro ou esquerda)

não modifica esse fundamento. O que muda são as estratégias de gestão e os graus de concessão ou repressão utilizados em cada conjuntura. É nesse ponto que o progressismo revela sua função estrutural. Ao ocupar o aparelho de Estado com um discurso de justiça social, inclusão e diversidade, o progressismo desmobiliza setores da classe trabalhadora, canalizando a luta popular para os limites seguros da institucionalidade. Ele administra a crise, suaviza as contradições, e dá sobrevida a uma ordem que deveria ruir modernizando as formas de dominação. Os investimentos em políticas sociais, por exemplo, coexistem com o aumento dos gastos em segurança pública, repressão e garantia da ordem. As pautas de direitos civis são frequentemente instrumentalizadas como símbolos de avanço enquanto se mantém intocados os pilares da dominação econômica. A política de conciliação de classes transforma a classe trabalhadora em base eleitoral, não em sujeito revolucionário.

Quando os limites dessa conciliação são ultrapassados, o Estado revela sua verdadeira face. A repressão aos movimentos populares, o cerceamento das greves, a militarização dos territórios periféricos e a criminalização dos pobres são a expressão mais honesta do Estado burguês. Em última instância, o Estado não tolera nenhuma ameaça real à propriedade privada e à ordem do capital. A interdependência entre Estado e capitalismo é, portanto, estrutural. Um não existe sem o outro. O progressismo, nesse contexto, aparece como uma forma de gerir essa interdependência com aparência de ruptura. Mas toda ruptura que não afeta a base material das relações sociais é apenas encenação.

A crítica ao progressismo não é nova. Ela atravessa mais de um século de disputas teóricas e práticas no interior do próprio movimento socialista. Um de seus momentos mais significativos ocorreu no seio da social-democracia alemã, na virada do século XIX para o século XX, quando o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), então maior organização operária da Europa, foi palco do embate entre duas perspectivas inconciliáveis: de um lado, Rosa Luxemburgo, defensora da revolução socialista; de outro, Eduard Bernstein, expoente da linha reformista. Bernstein acreditava que o desenvolvimento progressivo do capitalismo conduziria, por suas próprias contradições, a um modelo mais racional e organizado, capaz de incorporar gradativamente as demandas da classe trabalhadora. Sua proposta consistia em abandonar a perspectiva revolucionária e apostar na ampliação dos direitos civis, na legalização dos sindicatos, no

cooperativismo e no fortalecimento da democracia parlamentar. Em 1899, publicou sua obra *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*, onde explicitava essa visão: o socialismo, segundo ele, não seria produto da luta de classes, mas da evolução moral e institucional da sociedade capitalista. Rosa Luxemburgo respondeu de forma implacável no panfleto *Reforma ou Revolução?*, denunciando a capitulação teórica e prática de Bernstein. Para ela, a lógica reformista era incompatível com a natureza do capital. A crença na superação das contradições do capitalismo por meio de reformas era não apenas ilusória, mas funcional à preservação da ordem burguesa. Ao recusar a ruptura revolucionária, a social-democracia terminaria por se integrar completamente ao sistema, funcionando como força de contenção e desmobilização da classe trabalhadora. Nildo Viana sintetiza essa contradição de forma precisa:

> "O partido social-democrata tem que escolher entre representar verdadeiramente a classe operária e abandonar o projeto eleitoral ou optar por este e abandonar aquele. A história comprova que a segunda opção foi a única escolhida até hoje. Seria impossível a social-democracia fazer outra escolha, pois isto seria negar a si mesma."

A história do SPD comprova essa análise. Após um crescimento vertiginoso nas décadas finais do século XIX, o partido tornou-se uma máquina eleitoral poderosa. Em 1912, reunia mais de um milhão de filiados, empregava 3.500 funcionários em tempo integral e publicava cerca de noventa jornais com 1,4 milhão de assinantes. Controlava sindicatos, cooperativas, associações culturais e desportivas. Parecia, à primeira vista, a prova de que a via reformista era eficaz. Mas o teste decisivo viria em 1914. Com o início da Primeira Guerra Mundial, a bancada do SPD no parlamento alemão (que dizia representar os interesses da classe trabalhadora) votou a favor dos créditos de guerra solicitados pelo governo imperial. Foi um gesto de traição histórica: em nome do "realismo político" e do "patriotismo", o SPD abandonava o internacionalismo proletário e se alinhava ao esforço bélico do Estado burguês. O que Rosa previra se concretizou: o reformismo, levado às últimas consequências, torna-se instrumento de guerra da burguesia contra os próprios trabalhadores.

Esse padrão se repete, com variações, ao longo da história. A integração das forças progressistas à lógica da governabilidade burguesa sempre culmina na renúncia ao horizonte revolucionário. A retórica da mudança gradativa serve, na prática, para administrar a crise do capital com um verniz de sensibilidade social. O progressismo oferece reformas para impedir a revolução — e quando essas reformas ameaçam

ultrapassar os limites da ordem, são revertidas ou esmagadas. Não se trata, portanto, de erro ou desvio, mas de uma lógica estrutural. O progressismo é parte do sistema. Sua função é impedir que o desejo de transformação radical encontre forma organizativa e direção estratégica. Ele é a muralha simbólica entre a crítica e a revolução.

O progressismo contemporâneo já não se apresenta mais com a linguagem do marxismo, nem tampouco reivindica a luta de classes como motor da história. Ao contrário, ele se estrutura justamente sobre a recusa dessas categorias, substituindo-as por uma gramática da gestão, da inclusão e da diversidade. É o progressismo do possível, da política "pé no chão", da negociação constante com os limites impostos pela ordem burguesa. Um progressismo que se tornou modelo de governança e dispositivo de captura ideológica. Na América Latina, sua expressão mais notável está nos chamados governos de "esquerda progressista" que emergiram entre as décadas de 1990 e 2010: o lulismo no Brasil, o kirchnerismo na Argentina, o Frente Ampla no Uruguai, o governo Boric no Chile, e em outro patamar, o governo de Salvador Allende no Chile dos anos 1970. Embora distintos em forma e intensidade, todos esses processos têm em comum o seguinte traço: ao ascenderem ao poder, administraram o Estado capitalista sem romper com sua estrutura. Tentaram conciliar os interesses da burguesia com as demandas populares, apostando em políticas públicas focalizadas, inclusão econômica via consumo, ampliação de direitos civis e reformas parciais.

O caso de Allende é paradigmático. Seu governo propôs a transição ao socialismo por meio de vias legais, com respeito à institucionalidade burguesa e apoio das Forças Armadas. O resultado foi trágico: sabotagem econômica, isolamento político, golpe militar e o seu assassinato. A história confirmou, mais uma vez, que não é possível reformar o capitalismo em profundidade sem enfrentá-lo frontalmente. No caso brasileiro, o ciclo petista — embora tenha promovido avanços importantes na renda, no acesso ao ensino superior e na visibilidade de grupos historicamente marginalizados — preservou intocadas as estruturas fundantes da dominação de classe: o latifúndio, o sistema financeiro, os monopólios da comunicação, a militarização das periferias, a precarização do trabalho. Além disso, consolidou uma lógica de conciliação e burocratização dos movimentos sociais, transformando antigos instrumentos de luta em peças da engrenagem estatal. O orçamento público foi utilizado para financiar grandes empresas por meio de

bancos estatais, ao passo que o sistema penal continuou encarcerando em massa a juventude negra e pobre.

O progressismo contemporâneo se afirma também no campo da cultura e dos direitos civis. Mas o que poderia ser emancipação transforma-se frequentemente em domesticação. As pautas de raça, gênero, sexualidade e meio ambiente (todas legítimas e urgentes) são instrumentalizadas por instituições do capital (empresas, fundações, partidos, universidades, ONGs) que as esvaziam de radicalidade, promovendo uma estética da diversidade sem transformação social real. O antirracismo corporativo, o feminismo de mercado e a ecologia liberal tornaram-se bandeiras para rejuvenescer a imagem das empresas e ampliar o mercado de consumo. Esse processo foi identificado por Nildo Viana como a "política da integração", em que os símbolos da luta são incorporados pelo sistema para neutralizar sua potência crítica. O progressismo substitui a luta revolucionária por uma política de reconhecimento individual, reduzindo a emancipação à conquista de espaços dentro da ordem. Nesse cenário, multiplicam-se os influenciadores, coachs políticos, consultores de diversidade e especialistas em causas sociais — todos portadores de um discurso de mudança que jamais questiona as bases da sociedade de classes. A crítica radical torna-se, então, uma espécie de heresia. Questionar os limites do progressismo passa a ser visto como purismo ou ressentimento. A esquerda institucionalizada adota o mesmo discurso da ordem: não há alternativa fora do possível. E o possível é justamente aquilo que o capital permite.

Enquanto isso, as condições de vida da classe trabalhadora se deterioram. O neoliberalismo avança, as políticas públicas são desmontadas, o trabalho torna-se cada vez mais precário e os territórios populares continuam sob ataque. O progressismo, diante disso, oferece gestos simbólicos, políticas compensatórias e pactos sociais frágeis. Mas não enfrenta a raiz do problema: a própria existência do capital como lógica estruturante da sociedade. Em seu estágio atual, o progressismo opera como dispositivo de contenção. Sua função histórica é impedir que a crítica se torne organização, que a indignação se converta em ação coletiva radical. Ele atua como um software de gestão dos conflitos sociais, sempre pronto a desativar os processos de ruptura real, em nome da governabilidade, silencia o grito da revolução. Se o progressismo atua como uma forma de governo adaptada às exigências contemporâneas do capital, ele cumpre também uma

função ideológica decisiva: a de interditar a crítica radical e deslocar o horizonte da transformação para dentro dos marcos da ordem.

A tarefa do progressismo não é apenas oferecer reformas pontuais, mas também produzir um campo simbólico onde a crítica revolucionária apareça como intransigente, descolada da realidade, emocionalmente danosa ou moralmente questionável. Ao mesmo tempo em que se apresenta como alternativa sensível e humanizada frente à brutalidade neoliberal, ele desqualifica toda forma de radicalidade que aponte para além do reformismo. Esse processo de deslegitimação é operado em várias frentes. Nos espaços universitários, por exemplo, a crítica revolucionária é frequentemente rotulada como "dogmática", "autoritária" ou "machista", criando um ambiente onde a rebeldia deve estar mediada por afeto, empatia e diplomacia. Nos espaços políticos institucionais, qualquer denúncia estrutural é imediatamente convertida em "sectarismo", "infantilismo" ou "divisionismo". No campo cultural, a crítica à adaptação dos artistas à lógica do mercado é recebida como "falta de empatia" ou "ódio aos pares". Essa mutação do discurso político tem consequências profundas. O progressismo abandona a crítica da totalidade para aderir à administração dos fragmentos, se movendo a partir da lógica do reconhecimento, não da emancipação, transformando a política em disputa por visibilidade, e não por transformação. A linguagem emocional passa a dominar o espaço público, substituindo a razão crítica pela terapêutica dos afetos. A política se torna sensível, mas incapaz de agir sobre as estruturas.

Byung-Chul Han aprofunda esse diagnóstico ao apontar que vivemos sob o império da "sociedade do desempenho", em que o sujeito é levado a acreditar que é livre quando, na verdade, está sob o comando da autoexploração. O progressismo, nesse contexto, oferece alívio moral: transforma a culpa neoliberal em empatia social, a exaustão em pertencimento, o sofrimento em identidade. A política vira um exercício de gestão emocional e o Estado se converte num gestor de feridas.

Esse esvaziamento da política afeta diretamente a luta de classes. O progressismo desfaz o sujeito coletivo, substituindo-o por indivíduos atomizados em busca de reconhecimento. As opressões são tratadas como experiências subjetivas e não como expressões de uma totalidade histórico-social. O resultado é a fragmentação das lutas, a pulverização das demandas e a impossibilidade de constituir uma força social antagonista capaz de romper com o capital. Além disso, o progressismo converte a militância em

carreira. Profissionais da causa se tornam intermediários entre os conflitos sociais e o aparato institucional. ONGs, mandatos parlamentares, assessorias e consultorias ocupam o lugar antes destinado à organização popular autônoma. A luta se transforma em prestação de serviço, em prestação de contas, em performance de consciência social. O progressismo não apenas convive com a desigualdade — ele a estetiza. A miséria se torna objeto de curadoria, a favela se transforma em inspiração estética, o sofrimento é convertido em pauta para editais. E tudo isso ocorre sob o aplauso da sensibilidade progressista, que se emociona, se comove, mas não se organiza.

No fim das contas, a maior vitória ideológica do progressismo é convencer os trabalhadores de que não há alternativa. Ao oferecer reformas mínimas com linguagem afetiva, ele bloqueia o horizonte da revolução. E como já ensinava Walter Benjamin, a pior armadilha da dominação é fazer com que os oprimidos desejem apenas um mundo menos cruel e não um mundo novo. Diante da força ideológica do progressismo, muitos se perguntam: o que resta da crítica? E o que há, de fato, para além dela? Essa pergunta, recorrente, não é casual. Ela expressa um incômodo profundo com os limites da política contemporânea e uma angústia real diante da ausência de horizonte. Mas também revela o sucesso da estratégia progressista em esvaziar a crítica de sua potência organizadora e projetar a transformação como utopia distante ou tarefa impraticável. No entanto, a crítica não é um fim em si mesma. A crítica, como atividade radical, só encontra sentido quando impulsiona a superação do que existe. Criticar o progressismo, o reformismo, o capital e o Estado não é um exercício retórico ou acadêmico, mas o primeiro passo para a construção de formas novas de sociabilidade. E essa construção exige organização.

O que resta da crítica, portanto, é a urgência da forma revolucionária. Não há solução possível dentro dos marcos do capital. A reprodução da miséria, da exploração e da barbárie não será revertida por reformas setoriais, mudanças cosméticas ou gestos simbólicos. A superação do capitalismo exige uma ruptura histórica — e essa ruptura só pode ser levada a cabo por sujeitos coletivos organizados a partir das contradições concretas da realidade. Essa organização não é espontaneísta nem voluntarista. Ela exige teoria, estratégia, disciplina, prática e enraizamento. Exige, sobretudo, a negação da forma-Estado como horizonte e a recusa das falsas mediações institucionais. Exige também que abandonemos o culto às figuras públicas, aos influencers da crítica, aos

artistas da denúncia. O que precisamos não são heróis, mas organismos revolucionários capazes de articular análise, ação e solidariedade de classe.

A cultura hip hop, o rap, os movimentos populares, os coletivos de bairro, os sindicatos de base, os movimentos de moradia e os grupos de juventude têm acumulado experiências importantes de resistência. Mas essas experiências só terão potência real se forem reorganizadas a partir de um compromisso com a transformação estrutural da sociedade. Isso significa superar a lógica do edital, da visibilidade e do ativismo de ocasião. Significa politizar a cultura, desmercantilizar a luta, e reconstruir o vínculo entre crítica e ação revolucionária. Emancipação não é inclusão. Não é "dar voz" ao oprimido dentro do sistema que o oprime. Emancipação é ruptura. É destruir as condições materiais da dominação para construir uma nova forma de vida. A crítica só cumpre seu papel quando se inscreve nesse processo. Recusar o progressismo é, portanto, recuperar a potência da crítica. É afirmar que outra política é possível — mas que essa política não cabe nas urnas, nas ONGs, nas secretarias de cultura ou nos espaços de governança institucional. Ela nasce no enfrentamento, na organização popular, na rebeldia consciente e na construção de um novo horizonte. O que resta da crítica, enfim, é sua tarefa histórica: reorganizar o desejo de revolução.

O progressismo é a outra face do capitalismo. Sua função histórica não é enfrentá-lo, mas garantir sua continuidade sob uma aparência moralmente aceitável. Ele opera como mediador da crise, administrador do desespero, gestor da desigualdade. Onde a direita impõe, o progressismo acomoda. Onde o fascismo destrói, ele promete consertar, sem jamais tocar na estrutura. Por isso, seu limite não é apenas político, mas ontológico. O progressismo é a negação da ruptura, o adiamento perpétuo da emancipação. Ele substitui a luta pela gestão, a revolta pela inclusão, o conflito de classes pela representação simbólica. E, ao fazer isso, pacifica a crítica, anestesia a resistência e transforma a luta em agenda de governo. Nossa tarefa, enquanto militantes, intelectuais e trabalhadores, não é administrar o capital com mais empatia, mas superá-lo. Não é disputar migalhas da institucionalidade, mas construir poder popular real. Não é domesticar a crítica, mas organizá-la enquanto força de transformação. Contra o desespero, afirmamos a possibilidade histórica da revolução. Contra a gestão da miséria, reivindicamos a superação de todas as formas de exploração. Contra o progressismo como forma de contenção, reafirmamos a crítica como arma da emancipação. Não se trata de negar a

importância de conquistas pontuais, nem de desqualificar todas as experiências de luta que se dão sob governos progressistas. Mas de reconhecer que, sem a ruptura, não há futuro. E que, se a crítica serve para alguma coisa, é para nos lembrar (sempre) que a liberdade não se negocia. Ela se conquista.